



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO E VALORES HUMANOS: DESAFIOS NA BUSCA DE TORNÁ-LOS UMA REALIDADE

Edna Maria dos Santos[i]

Edivaldo da Silva Costa[ii]

José Emerson dos Santos[iii]

Eixo Temático 4: Educação e Inclusão

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar resultado de pesquisa empírica realizada em instituições escolares da rede federal de ensino superior e da rede estadual da educação básica nos municípios de Aracaju e Itabaiana/SE. Tem como pressuposto analítico verificar e entender as concepções sobre diversidade na educação e em específico – o Surdo, valores humanos e como a escola pode intervir na formação dos sujeitos sobre a construção dos valores humanos, na visão de coordenadores, professores e alunos das referidas unidades escolares. A princípio contextualiza-se sobre diversidade na educação e valores humanos: desafios a serem superados destacando os direitos à igualdade e valores às especificidades na educação. Em seguida, em consonância a isso, apresenta-se o reconhecimento linguístico e oficial da LIBRAS: uma conquista, iniciativa inclusiva de respeito ao surdo com a Lei da LIBRAS.

Palavras-chave: Educação e Diversidade. Valores Humanos. Surdo e Inclusão.

ABSTRACT

This article presents results of empirical research conducted in educational institutions of the federal network of higher education and of the state of basic education in the cities of Aracaju and Itabaiana / SE. Presupposes analytical check and understand the concepts of diversity in education and in particular - the Deaf, human values & and how the school can assist with the training of the subjects on the construction of human values&&, the vision of engineers, teachers and students of the said school units . At first contextualizes about diversity in education and human values&&;: challenges to overcome highlighting the rights to equality and to the specific values &&;in education. Then, in line with this, we present the linguistic recognition and official POUNDS: an achievement, inclusive initiative of respect for the deaf with the Law of LBS.

Keywords: Education and Diversity. Human Values&&;. Deaf and Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade inclusiva tem como base a valorização da diversidade. Este princípio básico é inerente à constituição de uma sociedade justa e igualitária. Não se pode mais, em pleno século XXI, desconsiderar as diferenças e particularidades de cada ser. Está superado o paradigma segundo o qual a aprendizagem de todos os alunos ocorre de forma homogênea e no mesmo espaço de tempo. Essa forma cartesiana de lidar com os alunos têm levado à exclusão escolar de muitos, principalmente daqueles que necessitam de estratégias e tempo especiais de aprender, a exemplo dos alunos Surdos[iv].

Estes alunos dentre outros acabam por demonstrar à escola a falta de adequação de suas práticas para atendê-los. Entretanto, para que haja a participação de todos, independentemente das peculiaridades de cada um, reconhecer a identidade dos sujeitos e assegurar o respeito às diferenças na busca da igualdade, ela precisa rever seus valores político e pedagógico já que é também responsável pela formação das crianças e jovens, na construção de valores humanos e sociais. Como afirma Aranha, (apud CARDOSO, 2003, p. 129):

Há que se buscar soluções para a convivência na diversidade que caracteriza e enriquece, dá sentido e significado. Há que se efetivamente favorecer a convivência e a familiaridade com as pessoas com deficiência, derrubando as barreiras físicas, sociais, psicológicas e instrumentais que as impede de circular no espaço comum.

Em complemento a isso, sobre Educação para os Valores, Valente enfatiza:

Realiza-se em todos os momentos, permeiam o curriculum e também todas as interações interpessoais na escola e na relação destas com a família e a sociedade. Manifesta-se nas reuniões, na sala de aula, na definição dos capazes e dos incapazes, na maneira como são recebidas as minorias [...] (VALENTE, 1998, p. 01).

Neste sentido, a escola por ser uma instituição social encaminhadora de indivíduos independente de suas características peculiares para a vida em sociedade, é responsável além da formação do conhecimento como também a formação em valores humanos – norteadores da conduta e da ética. Sendo a escola palco de uma diversidade cultural precisa buscar soluções que possam contribuir na mudança de postura em sua prática e comportamento dos estudantes assim como dos profissionais que dela fazem parte.

Ao falarmos em peculiaridades, é interessante nos atentarmos ao discente surdo, que utiliza de uma comunicação diferenciada a Língua Brasileira de Sinais[v] – LIBRAS (língua de modalidade visual-gestual), da qual se utiliza do corpo, em especial da face e das mãos, para se comunicar com os ouvintes. Como enfatiza Skliar (1998) o surdo é um ser sociolinguístico diferente pertencente a uma comunidade linguística minoritária, que se caracteriza por compartilhar a língua de sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização. Para tanto, se faz necessário um olhar diferenciado, porque como qualquer ser humano, os Surdos lutam para conseguir estabilidade e equilíbrio de modo geral.

Com vistas no exposto, o presente artigo objetiva apresentar estudo realizado em instituições de ensino da rede pública federal e estadual dos municípios de Aracaju e Itabaiana/SE. O foco da pesquisa busca verificar e analisar as concepções dos profissionais que atuam na educação e alunos a respeito da diversidade na educação em específico a cultura surda e Valores Humanos na escola. Foram selecionadas duas instituições, cujo público alvo para as entrevistas foram coordenadores, professores e alunos das unidades de ensino.

1. DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO E VALORES HUMANOS: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

A educação para todos é defendida como inerente ao direito do cidadão à educação, sendo direito de todos na sua diversidade e especificações. Cabe à escola buscar caminhos para uma prática educativa prazerosa e produtiva, visando alcançar seus objetivos educacionais e trabalhar a diversidade humana, pois, a inclusão parte do princípio de que é na diversidade que se reconhecem as potencialidades individuais.

Com o intuito de garantir o direito a todos sem distinção assim como focalizar um ensino de qualidade valorizando as especificidades, várias leis foram elaboradas em âmbito internacional e nacional dentre elas a Declaração de Salamanca (1994) prevê uma educação inclusiva onde todas as crianças podem aprender juntas, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, raciais, linguísticas ou outras.

A Constituição Federal de 1988 onde garante a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola para todos" (art.206, inc. I), em um mesmo ambiente que pode e deve ser o mais diversificado possível, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania (art.205). Para que isso aconteça é necessário que a escola se organize e para tal implica em mudanças necessárias que de acordo com Alves (2006) afirma:

A educação Inclusiva[vi], a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais[vii] (ALVES, 2006, p. 9).

Direitos esses que visam à igualdade, mas, que cabe também à educação ter como princípio básico desenvolver no indivíduo de forma responsável para além do ensino conteudista um homem moral – aquele que avalia seus atos levando em conta o respeito ao seu semelhante à natureza cultivando a prática dos Valores Humanos. De acordo com Silva (1995) o processo de valorização representa como sinônimo de experiência, atividade ou relação axiológica que indica a vivência humana dos valores.

Sobre isso, Lourenço (1995) diz que toda a educação, mesmo que o não diga, educa para os valores e entende como "aquilo que uma ou várias pessoas, grupos ou culturas acham digno de ser perseguido, alcançado e desenvolvido" (LOURENÇO, 1995 p. 27). E ainda complementa:

De outro modo, nenhum acto educativo, seja qual seja sua instância em que se exerce, visa educar por educar, isto é, situar-se fora de um contexto normativo, ou relacionado com o domínio do dever ser (Idem).

Para Lourenço (1995) é quase impossível falar de educação e valores sem se pensar na teoria de desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg – alicerçada na moralidade e na justiça – conhecida como método da discussão de dilemas por ter sido desenvolvido em comunidades pouco justas ou em atmosfera pouco morais, como são todas aquelas onde é mínimo sem participação democrática e de igualdade. E isso acontece com base em três razões:

Centralidade dos valores morais (ou valores que dizem respeito a questões de justiça e de direitos e deveres) no âmbito do domínio axiológico em geral; Assunção pela escola da ideia socrática de que ela deve ajudar as crianças e os jovens a tornarem-se não só mais inteligentes como também melhores [...] e

Sedução da escola actual pelos modelos desenvolvimentistas em termos de objectivos a alcançar (ou seja, todo saber tem seu momento próprio, precisa ser significativo e que vise desenvolver instrumentos operatórios capazes

de ajudar o indivíduo a apreender, refletir e transformar os diversos contextos físicos e sociais que o envolvem (Ibidem, p. 28, 29).

Nesse contexto, vale ressaltar em específico aos surdos, para que sua educação seja de fato respeitada e garantida se faz necessário um conjunto de recursos e serviços educacionais para apoiar e suplementar, substituindo os serviços educacionais comuns visto que, muitas vezes são excluídos do convívio com os ouvintes por suas dificuldades de comunicação. O Ministério da Educação, através do Programa de Educação Inclusiva, propõe a existência de necessidades educacionais especiais para o acesso ao conhecimento, tais como:

Disponibilidade de professor ou instrutor da língua de sinais, para o ensino de alunos surdos; Disponibilidade de equipamento de informática e de softwares educacionais, para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral (dicionários da língua brasileira de sinais – LBS – LIBRAS e outros) [...].

Instrumentos esses e outros necessários e indispensáveis no atendimento aos surdos – políticas de valorização como forma de reconhecer e atender as particularidades de forma digna e humana. Vale destacar que, em consonância com a Declaração de Salamanca, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC/SEESP, 1998), explicitam que a escola regular deve adotar uma nova postura, propondo no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas.

1.2 O RECONHECIMENTO LINGUÍSTICO E OFICIAL DA LIBRAS: UMA CONQUISTA

A LIBRAS é ou deve ser a língua materna dos surdos do Brasil devido ao bloqueio que eles têm para adquirir a língua de modalidade oral-auditiva que, no nosso país, é o Português. Ademais é uma das línguas faladas no país, tem a finalidade de apresentar ao aluno a língua e a cultura surdas, reconhecida oficialmente hoje pelo governo brasileiro. Visto que ao longo de sua trajetória foi tratada como uma língua marginalizada durante cem anos, após o congresso internacional ocorrido em Milão[viii], no ano de 1880 a favor do oralismo:

Por quase um século, as línguas de sinais foram perseguidas nas mesmas instituições que supostamente deveriam propagá-las. Mas os códigos não chegaram a ser eliminados, mas simplesmente conduzidos ao mundo marginal, onde sobreviveram graças às contraculturas estabelecidas pelas crianças nas escolas, clandestinas, rebeldes e cruéis (RÉE, acessado em 18/08/2010).

Santoro (2000) afirma que “língua” designa um sistema específico de signos que é utilizado por uma comunidade para a comunicação. Sendo assim, a LIBRAS é uma língua natural surgida entre os surdos brasileiros com o propósito de atender às necessidades comunicativas de sua comunidade. Línguas de sinais são línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre os surdos, além de poderem expressar, através de sua estrutura, qualquer conceito, desde o descritivo/concreto até o emocional/abstrato.

Sendo a LIBRAS reconhecida através da Lei 10.436/2002 como meio legal de comunicação e expressão dos surdos é uma forma de subsidiar e valorizar a cultura surda. A mesma prevê ainda que o Poder Público e as concessionárias de serviços públicos devem garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das Comunidades Surdas do Brasil. De modo a possibilitar também a acessibilidade ao conhecimento equivalente àquela dada aos estudantes ouvintes.

Com ênfase nisso, como forma de respeitar e valorizar as diferenças para construção de uma sociedade mais justa no que diz respeito à inclusão do Surdo na rede regular de ensino foi aprovado o Decreto nº 5.626/2005[ix] que:

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Decreta: **CAPÍTULO II – DA DIFUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR** – Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores[x] para o exercício do magistério, [...] e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Espera-se que através da inclusão da mesma nos cursos de licenciatura, os futuros profissionais da educação conheçam um pouco desse universo e saibam lidar com mais respeito e propriedade dessa realidade, e que em ampla articulação com diversos setores e a sociedade civil, tornem a LIBRAS uma língua presente na vida social, política e econômica brasileira, favorecendo assim a construção da sociedade inclusiva. Essa iniciativa por si só não é suficiente para sua inserção em salas comuns de ensino, como complementa Carvalho (2004), não basta colocar as pessoas com deficiência em classes regulares, se faz necessário assegurar-lhes garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação excludente.

1. METODOLOGIA APLICADA

Para a coleta dos dados empíricos, foram selecionados 10 representantes de instituições escolares, dentre eles: 02 coordenadores de curso de ensino superior e 02 coordenadores pedagógicos da educação básica; 02 professores de ambos os ensinos citados de diferentes disciplinas e 02 alunos que cursaram a disciplina LIBRAS.

A pesquisa foi realizada em 04 instituições escolares situadas nas cidades de Aracaju e Itabaiana - SE, sendo escolhidas 02 do ensino superior da rede federal e 02 escolas da educação básica da rede estadual para participarem do estudo. O Instrumento utilizado – entrevista – contendo 04 perguntas abertas direcionadas para a coordenação pedagógica e coordenadores de curso do ensino superior, professores e alunos das instituições escolares. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado os seguintes procedimentos:

1. Contato com a direção das instituições solicitando permissão de ingresso e da entrevista com data pré-estabelecida.
2. Dada a permissão mediante ao compromisso de sigilo em relação ao nome da instituição assim como do profissional entrevistado.
3. Firmou-se o compromisso com as instituições sobre o retorno da pesquisa.
4. Após a coleta de dados, foi realizada análise dos resultados com base nos relatos das entrevistas e discussão dos mesmos.

ANALISE DOS DADOS

Apresentaremos a seguir os resultados das entrevistas realizadas nas 04 instituições públicas e a análise dos dados com base nos questionamentos abaixo, respondidos por – 02 coordenadores de curso (C. C.) e 02 coordenadores pedagógicos (C. P.); 02 professores de ensino superior e educação básica (P. E. S)/(P. E. B.) de diferentes disciplinas das instituições e 02 alunos da disciplina LIBRAS (A. D. L.), tais como:

1ª – O que você entende por valores

C. C. 1 – “Linha de pensamento de como os sujeitos interpretam o mundo, a sociedade, o outro”.

C. C. 2 – “Imagino que se refere aos atributos que o indivíduo carrega e que estão associados à sua posição relativa na sociedade, considerando determinado período histórico, o grupo social no qual está inserido e o “papel” assumido nesse grupo”.

C. P. 1 – “São normas, princípios ou padrões sociais aceitos ou mantidos por indivíduos ou classes”.

C. P. 2 – “São características próprias de cada pessoa, que foram passadas por seus pais, pela escola, pelos amigos, etc”.

P. E. S. 1 – “Todo um conjunto de regras, normas de conduta e padrões preestabelecidos para viver e conviver em um determinado grupo ou cultura e que o coletivo aceita como tal, sendo ensinados a todos os membros desde a 1ª infância e cobrados de todos indistintamente”.

P. E. S. 2 – “São características que devem fazer parte do ser humano. Os valores fazem do homem um ser melhor, pois possibilita a ele realizar com humanidade suas ações perante o outro”.

P. E. B. 1 – “São princípios, normas ou padrões que devem ser seguidos pelo indivíduo perante a sociedade. Esses valores precisam e devem ser passados primeiro pela família, depois escola e sociedade”.

P. E. B. 2 – “Acredito que sejam as normas, os princípios ou padrões éticos e procedimentos morais socialmente construídos e culturalmente mantidos por indivíduos em suas relações inter e intrassubjetivas”.

A. D. L. 1 – “Algo que caracteriza as pessoas. Que agem naturalmente conforme seus valores, suas crenças em diversas situações. Podem ser individuais, de grupos específicos e da sociedade em geral”.

A. D. L. 2 – “São status que conseguimos adquirir com a educação que a sociedade nos proporciona. Não aprendemos valores somente na Escola, mas também no convívio com nossas famílias, o contato com a sociedade, entre outros”.

2ª – Considerando a escola uma das instituições responsável na orientação em Valores Humanos, quais

valores são passados para os alunos na sala de aula

C. C. 1 – “Respeito ao outro, ética, moral, consciência ambiental...”.

C. C. 2 – “Hoje, preferencialmente, a ideia de “equidade” ou “igualdade” tende a fazer com que os indivíduos, mesmo na diversidade, se enxerguem como seres conscientes de sua função num ecossistema complexo. Ao se enxergar no outro (como um ser vivo, dotado de sentimentos) deve perceber a importância de cada um na rede que se constrói”.

C. P. 1 – “Valores éticos: solidariedade, honestidade, verdade... Valores políticos: justiça, igualdade, liberdade, cidadania... e Valores vitais: saúde...”.

C. P. 2 – “Respeito ao próximo, ética, bom senso”.

P. E. S. 1 – “[...] os valores desejáveis como ética, respeito, solidariedade, lealdade, honestidade, compaixão, tolerância, amizade e outros, o fato é que também são apreendidos na escola valores não desejáveis como a discriminação, intolerância dos mais variados tipos, desrespeito e outros que, não fazem parte do currículo da escola, mas, como estão presentes na sociedade invadem o espaço escolar e ali se proliferam, bem por isso a escola tem sido instada a participar ativamente na mudança desta situação”.

P. E. S. 2 – “É de suma importância que o professor esteja preparado para passar valores como respeito, responsabilidade, honestidade, dentre outros. Entretanto, hoje, é um desafio transmitir tais conhecimentos numa sociedade que está bombardeada de “contra-valores””.

P. E. B. 1 – “Valores como cidadania, respeito, igualdade, justiça, honestidade, humildade, solidariedade, responsabilidade entre outros”.

P. E. B. 2 – “A ética, a moral, a cidadania, a educação, o respeito à vida, a natureza, as raças, as etnias, a cultura, entre outros”.

A. D. L. 1 – “Respeito, disciplina, honestidade, companheirismo, entre outros”.

A. D. L. 2 – “Respeito, equidade, responsabilidade social, honestidade, ética e solidariedade”.

3ª – O atendimento à diversidade na educação para todos é uma realidade questionável quando se trata de valorizar e respeitar as peculiaridades de todos os alunos. Entretanto, a escola está de fato incorporando esses valores e aplicando-os de forma a atender satisfatoriamente as minorias O que você diz a respeito

C. C. 1 – “Não! Ainda é incipiente a atitude para o acolhimento ao outro que está na condição de “deficiência”. Falta ainda um processo de sensibilização maior para que tenhamos isto de forma satisfatória. Isto é embutido em casa e na escola, através de interações sociais”.

C. C. 2 – “A escola não atende, pois ainda representa a sociedade de forma geral. E, na sociedade as minorias ainda não têm força para imprimir uma mudança que

reflita realmente em qualquer tipo de “revolução”, em qualquer campo (principalmente no educacional)”.

C. P. 1 – “A escola ainda não incorporou de fato o educar para uma sociedade inclusiva, pois incluir não se restringe apenas na inserção do educando com necessidades especiais na rede de ensino, sem acompanhamento específico. É preciso de apoio técnico especializado acompanhamento pedagógico sistematizado para se reavaliar as práticas e assim ajudar aos alunos na prazerosa tarefa de construção do conhecimento. Vale ressaltar ainda o despreparo dos profissionais quando a questão é trabalhar com alunos que têm algum tipo de deficiência”.

C. P. 2 – “A escola, juntamente com seus membros, está tentando de maneira mais satisfatória inibir algumas ações que antes não conseguia a exemplo a nova expressão o bullying que vem dando mais oportunidade aos alunos para expressarem o que sentem em sala de aula, se são ofendidos, entre outras”.

P. E. S. 1 – “Não é um desafio apenas da escola é um desafio de toda a sociedade. Creio que a escola e a sociedade estão em processo de incorporação desses valores e aprendendo, mesmo que lentamente, a respeitar, atender e abrigar toda essa diversidade de sujeitos e necessidades. Acontece que os processos sociais são lentos e acontece também que se demorou demais a instaurar esse processo e por isso é urgente que se efetive esse atendimento, de forma satisfatória e universalizada”.

P. E. S. 2 – “Não acredito que a escola está de fato incorporando a valorização e o respeito por todos os alunos, pois quando se trata de uma minoria, como por exemplo, alunos com necessidades especiais percebem-se que há tentativas de inclusão, mas ainda não há uma incorporação efetiva desses valores ao ponto de aplicá-los de forma satisfatória no dia-a-dia da escola. Percebem-se claramente atitudes discriminatórias por parte de alunos e profissionais no ambiente escolar”.

P. E. B. 1 – “A escola esta tentando. Mas ainda falta muito, principalmente os recursos e parcerias que possam lhe ajudar nessa aplicação satisfatória”.

P. E. B. 2 – “Não. A respeito dessa concepção, acredito que algumas escolas estão tentando desenvolver uma educação que valorize e respeite às diferenças e singularidades, vendo-as como uma oportunidade para aperfeiçoar o desenvolvimento sócio individual e para enriquecer os processos de ensino e aprendizagem, sendo necessário adaptar e diversificar o currículo para dar resposta à diversidade de necessidades educacionais a todos os alunos, tratando-se, em definitivo, de avançar a uma educação para todos, com todos e para cada um”.

A. D. L. 1 – “Atualmente vem sendo feita algumas ações que visam minimizar a incorporação verdadeira dessas minorias. Porém ainda se fazem necessário muitas ações para que de fato haja inclusão. Como a reestruturação dos ambientes e também dos profissionais. Não é só inseri-los nos ambientes mais sim dar suporte para que eles possam sentir-se de fato inclusos e a vontade”.

A. D. L. 2 – “A escola ainda não tem suporte suficientemente ideal em atender

satisfatoriamente a todos, mas com todas essas mudanças educacionais fomentando não somente os valores humanos na tentativa de formar bons cidadãos bem como não se cometer injustiças e discriminação”.

4ª – Em específico ao surdo, você acredita que a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura é uma forma de valorizar e garantir uma educação justa e igualitária Comente.

C. C. 1 – “Não! Ela é apenas um saber, uma disciplina. De certa forma, a disciplina é um saber apresentando garantir uma boa formação. Mas não garante que o outro, o aluno, se sensibilize com o surdo e o acolha de forma plena como um aluno “normal”.

C.C. 2 – “É um início! Mas não adianta uma disciplina obrigatória sem a “obrigatoriedade” em aplicá-la em sala de aula. Ou melhor, não adianta ser apresentado ao mundo dos surdos sem que o profissional queira ‘fazer parte’ dele”.

C. P. 1 – “Essa iniciativa é uma grande conquista na busca de uma educação justa e igualitária. Entretanto, essa inserção por si só não é suficiente para alcançarmos os patamares desejados é preciso maiores reflexões sobre a importância e reconhecimento da pessoa surda e tornarmos a língua de sinais presente na vida social, política e econômica do país, favorecendo desse modo a construção da sociedade inclusiva”.

C. P. 2 – “Sim, pois os alunos que fazem licenciaturas serão futuros professores, e para que você (professor) alcance uma maior totalidade de aprendizagem na turma, precisa conhecer e entender cada aluno em particular, daí, não sabendo quais alunos estarão em nossa classe devemos estar preparados para suprir as necessidades educacionais de cada aluno por

igual, e a LIBRAS vem preparar os alunos para que os mesmos tenham pelo menos condições de compreender os anseios de seu aluno (surdo)”.

P. E. S. 1 – “É uma tarefa grande e grandiosa, impossível que a incorporação de uma disciplina nos cursos de formação de professores possa dar conta. No entanto de muitas pequenas ações, como essa, acaba por realizar um grande feito. A disciplina LIBRAS obrigatória nos cursos de Licenciatura é necessária, porém não suficiente para promover as mudanças que se quer, é um passo em uma caminhada, mas um passo na direção certa assim crê”.

P. E. S. 2 – “A LIBRAS como disciplina obrigatória traz aos alunos da graduação a oportunidade de conhecer um pouco sobre a realidade surda e suas peculiaridades, bem como um conhecimento básico da língua. Isso possibilita, sem dúvida, uma valorização da comunidade surda ao passo que o conhecimento adquirido por futuros educadores gera mudanças positivas no dia-a-dia escolar do educando surdo. Entretanto, creio que a disciplina não é o suficiente para garantir uma educação justa e igualitária, pois muitas mudanças educacionais precisam ser efetivadas para que isso aconteça. É obvio que a disciplina oferece uma preparação para o professor, porém sem uma escola e um sistema educacional preparado o professor não tem como proporcionar, sozinho, uma educação justa

e igualitária”.

P. E. B. 1 – “Sim, é um começo. No entanto é preciso que esses novos professores também aceitem e se conscientizem da nova realidade que irão encontrar nas salas de aula”.

P. E. B. 2 – “Não. Acredito que a Libras viabiliza sim, uma comunicação dialógica superficial entre surdos e ouvintes [...] mas quanto a crítica tomo como eixo central a dimensão social em seus aspectos gerais em detrimento da educacional em seus aspectos específicos. Em se tratando da disciplina LIBRAS como componente curricular obrigatória dos cursos de Licenciatura, em minha opinião, deveria haver mais disciplinas correlatas nas grades curriculares como Fundamentos da Educação Especial, Libras I, II e III entre outras, a ementa deveria priorizar aspectos complementares gerais e específicos à formação pedagógica de professores em suas respectivas áreas de formação”.

A. D. L. 1 – “Não usaria a palavra justa e igualitária, mas acredito que já é uma maneira de estar conscientizando a sociedade da necessidade e das dificuldades que se encontra, assim como dar um pequeno suporte aos profissionais”.

A. D. L. 2 – “Sim, pois como futura professora estarei convicta que a qualquer momento poderei ter um aluno surdo em sala de aula, e com as aulas de Libras, terei a oportunidade de conhecer um pouco da realidade surda e ao menos uma comunicação simples com eles, mas levando em consideração também a presença de um intérprete na sala de aula facilitando na aprendizagem promovendo assim uma educação mais justa e igualitária”.

Ao término das entrevistas foi possível verificar que todos os atores envolvidos na pesquisa tem conhecimento sobre os Valores Humanos, a diversidade na educação e em específico os Surdos e a LIBRAS. Enfatizaram que no tocante aos Valores Humanos os mesmos são de fundamental importância para a formação do caráter dos sujeitos, e que a escola tem uma função de grande relevância e contribuição nesse processo de desenvolvimento e mudanças, sendo também de sua responsabilidade o repasse desses valores, já que é nela que também são apreendidos valores não desejáveis como a intolerância, a discriminação dos mais variados tipos presentes na sociedade que invadem o espaço escolar e ali se proliferam.

Em torno dessa discussão, Pais (1999) aponta ser crescente o diálogo onde se questiona o “sistema tradicional de valores e a crescente imprevisibilidade dos rumos da sociedade e dos próprios futuros pessoais, que levarão as pessoas a procurar novas éticas de orientação da vida” (PAIS, 1999, p. 17).

Em se tratando de valores no atendimento à diversidade numa educação que se pretende para todos na escola, todos afirmaram que não estão sendo respeitados de forma justa, digna e igualitária, ainda percebem-se claramente atitudes discriminatórias por parte de alunos e profissionais no ambiente escolar, principalmente no que se refere ao Surdo que faz uso de uma comunicação diferenciada. Segundo Skliar (1998) aponta ser imprescindível:

Respeitar e aceitar o surdo em sua diferença e especificidade linguística e cultural. Dito de outro modo, esse respeito e aceitação da diferença significam não somente aceitar a LS (língua de sinais) usada pelos surdos no processo educacional, mas “produzir uma política de significações que gera outro mecanismo de participação dos próprios surdos no processo de transformação

pedagógica” (SKLIAR, 1998 p.14).

Entretanto, ainda que lentamente, a escola está tentando incorporar e desenvolver uma educação que valorize e respeite às diferenças e singularidades.

Quanto a LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de graduação em específico de licenciatura, a maioria concorda em esta ser uma iniciativa que vai proporcionar aos graduandos a oportunidade de conhecer um pouco sobre a realidade surda e suas peculiaridades, bem como um conhecimento básico da língua. Possibilitando, sem sombra de dúvida, uma valorização da comunidade surda de modo a gerar mudanças positivas no cotidiano escolar do educando surdo. Entretanto, a disciplina por si só não é suficiente para garantir uma educação justa e igualitária, pois muitas mudanças educacionais precisam ser efetivadas para que isso aconteça.

Diante do que foi exposto Einstein apud Martinelli (1996, p. 51) afirma que “a mais importante busca humana é esforçar-se pela moralidade em nossa ação. Nosso equilíbrio interno, inclusive da existência, depende disso. Somente a moralidade em nossas ações pode dar beleza e dignidade à vida. Fazer disso uma força viva é trazê-la para a consciência é talvez a tarefa principal da educação”.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é muito importante na formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. É um lugar de aprendizagem, de diferenças e de troca de conhecimentos, precisando, portanto atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões.

Contudo, os Valores Humanos incorporados na diversidade educacional e em específico aos Surdos precisam ser praticados por todos, e não só falados. É preciso repensar de forma crítica os valores que estão sendo veiculados na sociedade e na escola, buscando atuar numa outra direção que venha a trabalhar valores humanos como o respeito à vida, à dignidade, à igualdade, à justiça e às diversidades presentes na escola.

Portanto, vale destacar que na educação para valores, alguns autores apontam que a proposta educacional deve possibilitar uma compreensão ampla da realidade e estimular o compromisso com a ética, a moral e a responsabilidade social e planetária numa visão de educação plena e formadora de caráter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise de O. **Sala de Recursos Multifuncionais**: espaço para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério de educação, Secretaria de educação especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**, 1998.

_____. Decreto nº 5.626. Brasília. 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Material disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/.../d5626.htm

-----_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, Brasília: 2002.

_____. Ministério da Educação – MEC. **Secretaria de Educação Especial. Programa de Educação**

Inclusiva: Direito à Diversidade. Brasília, 2004.

CARDOSO, Roseni Silvado. **Apoio pedagógico ao surdo incluído no ensino regular.** In: II Congresso Internacional do INES, 2003, Rio de Janeiro. Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões. Anais, Rio de Janeiro: INES, 2003. p. 129 a 133.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is.** Porto Alegre, Mediação, 2004.

ESPAÑA. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Assembleia Geral da ONU, 10 de Junho de 1994.

LOURENÇO, Orlando. **A Comunidade Justa de Kohlberg:** Um caso Especial de Educação Moral. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da U. L. Revista de Educação, vol. V, nº 1, Jun., 1995.

PAIS, José Machado. **Gerações e valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea.** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.

RÉE, J. **Os deficientes auditivos são uma nação a parte** Inglaterra, 2005. Disponível em: . Acessado em: 26.08.2010.

SANTORO, I. M. C. **Simulador de teclado para portadores de paralisia cerebral:** avaliação e adaptação para português. Madrid: Alba s/a, 2000. V. I, p. 31-40.

SILVA, Sonia Aparecida Ignácio. **Valores em Educação:** o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na pratica educativa. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VALENTE, Maria Odete, **Educação para os valores humanos,** Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. 1998.

NOTAS

[i] Mestranda em Educação pela ULHT – Portugal. Especialista em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, Educação Especial e Inclusiva, Educação e Gestão e graduação em Pedagogia Licenciatura Plena – ambos pela Faculdade Pio Décimo e Universidade Tiradentes – UNIT. Professora aposentada da rede estadual com experiência em Sala de Recurso Multifuncional no atendimento às pessoas com surdez, como Profª Substituta da disciplina Libras no Instituto Federal de Educação de Sergipe – IFS e tutoria presencial em cursos EAD. E-mail: andesan_1121@hotmail.com

[ii] Mestrando em Ensino de Ciências e Matemática pela UFS, Graduado em Química Licenciatura pela UFS. Têm experiência na área Educação Especial Científica com ênfase em LIBRAS. **e-mail:** edieinstein@hotmail.com

[iii] Estudante de curso pré-universitário da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe – SEED. Tem ensino médio completo. É Instrutor de Libras – Língua Brasileira de Sinais pelo MEC/FENEIS/SEED-SE com experiência em ministrar cursos de Língua de Sinais para diferentes públicos. E-mail: emerson_surdo08@hotmail.com

[iv] Considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.626/2005 - que Dispõe sobre a lei de Libras - Lei 10.436/2002 Art. 2º).

[v] Em cada país do mundo a comunidade surda fala uma Língua de Sinais diferente uma da outra. Apesar de suas particularidades, as diferentes Línguas de Sinais possuem estruturas semelhantes, e são, basicamente, formadas pelos mesmos parâmetros (unidades mínimas, sem significado, utilizadas na formação de itens lexicais de uma Língua de Sinais). No Brasil, a comunidade surda fala a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; nos EUA, a American Sign Language e assim por diante (grifo nosso).

[vi] A educação inclusiva melhora a qualidade do ensino para todos, atua como impulsionadora das práticas educacionais nas escolas, desafiando os professores a desenvolverem novas metodologias para a participação ativa que beneficia todos os alunos. Alves (Alves, 2006, p. 10).

[vii] O termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas devem buscar formas de educar tais crianças com sucesso, incluindo também as que possuam desvantagens severas. Este é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (Alves, 2006).

[viii] Em 1880, foi realizado um Congresso Internacional de Milão, Itália, para discutir o futuro da educação para os surdos e para avaliar o mérito de três métodos rivais: língua de sinais, oralista e mista (língua de sinais e a fala). No dia 11 de setembro de 1880, houve uma votação de 160 votos com quatro contra, a favor de métodos orais na educação de surdos.

[ix] Texto na íntegra disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/.../d5626.htm. Acesso em: 17/11/2012.

[x] §1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados curso de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. (Decreto 5.626/2005).